

| | |
|----------------|--------------------------------|
| Título | Licenciamento ambiental |
| Veículo | DCI |
| Data | 14 setembro 2015 |
| Autor | Claudio J. D. Sales |



ARTIGO

Licenciamento ambiental

Diversos problemas dificultam a implantação de novas hidrelétricas no País

Acada dia fica mais complexo implantar novas usinas hidrelétricas ou linhas de transmissão no Brasil. Os problemas mais citados são: vandalismo em canteiros de obras, descompassos entre cronogramas de geração e transmissão, interposições judiciais por iniciativa do Ministério Público, e dificuldades no licenciamento ambiental.

No momento, há poucos projetos importantes para o País em fase de licenciamento, especialmente no caso das hidrelétricas que ainda não foram a leilão e que fazem parte do Plano Decenal 2023. Destas usinas, previstas para serem construídas ou ofertadas em leilão nos próximos 10 anos, 70% estão em áreas próximas a terras indígenas, o que implica que os processos de licenciamento ambiental serão ainda mais complexos e demorados.

Dadas tais dificuldades, o governo tem se empenhado em priorizar projetos de grande porte que agregam mais energia à matriz elétrica, mas a continuidade desta prática dificultará a vida dos eventuais vencedores dos leilões, que preci-

sarão conviver com armadilhas nascidas durante o processo de planejamento e de licenciamento ambiental. Considerando que alterar a

localização de uma hidrelétrica não é simples, e nem sempre é possível, de nada vale ignorar ou negar os problemas. É preciso enfrentá-los.

Se há o real desejo de explorar os aproveitamentos hidráulicos em terras indígenas, esse debate precisa começar o quanto antes e ser feito de forma ampla, e não projeto a projeto. Este assunto, por sinal, está previsto na Constituição há 27 anos, mas ainda não foi regulamentado na forma de lei.

É preciso chamar as partes interessadas e mostrar ganhos e perdas que o desenvolvimento dos projetos trará. Além disso, é essencial alterar o foco atual, baseado na discussão de empreendimentos específicos, e redirecioná-lo para

discussões conceituais, com resultados transformados em lei no que for cabível.

CLAUDIO J. D. SALES

DIRETOR DO INSTITUTO ACENDE BRASIL



melissa.oliveira@acendebrasil.com.br



A cada dia fica mais complexo implantar novas usinas hidrelétricas ou linhas de transmissão no Brasil. Os problemas mais citados são: vandalismo em canteiros de obras, descompassos entre cronogramas de geração e transmissão, interposições judiciais por iniciativa do Ministério Público, e dificuldades no licenciamento ambiental.

No momento, há poucos projetos importantes para o País em fase de licenciamento, especialmente no caso das hidrelétricas que ainda não foram a leilão e que fazem parte do Plano Decenal 2023. Destas usinas, previstas para serem construídas ou ofertadas em leilão nos próximos 10 anos, 70% estão em áreas próximas a terras indígenas, o que implica que os processos de licenciamento ambiental serão ainda mais complexos e demorados.

Dadas tais dificuldades, o governo tem se empenhado em priorizar projetos de grande porte que agregam mais energia à matriz elétrica, mas a continuidade desta prática dificultará a vida dos eventuais vencedores dos leilões, que precisarão conviver com armadilhas nascidas durante o processo de planejamento e de licenciamento ambiental. Considerando que alterar a localização de uma hidrelétrica não é simples, e nem sempre é possível, de nada vale ignorar ou negar os problemas. É preciso enfrentá-los.

Se há o real desejo de explorar os aproveitamentos hidráulicos em terras indígenas, esse debate precisa começar o quanto antes e ser feito de forma ampla, e não projeto a projeto. Este assunto, por sinal, está previsto na Constituição há 27 anos, mas ainda não foi regulamentado na forma de lei.

É preciso chamar as partes interessadas e mostrar ganhos e perdas que o desenvolvimento dos projetos trará. Além disso, é essencial alterar o foco atual, baseado na discussão de empreendimentos específicos, e redirecioná-lo para discussões conceituais, com resultados transformados em lei no que for cabível.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil (www.acendebrasil.com.br)